



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1002974-56.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Monitória - Nota Promissória**  
 Requerente: **APARECIDA DE FÁTIMA FRANÇOZO ME.**  
 Requerido: **Vera Lucia Possati Lubk**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

APARECIDA DE FÁTIMA FRANÇOZO ME., qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Monitória em face de Vera Lucia Possati Lubk, também qualificada, alegando seja credora da importância de R\$14.134,75 representada por cinco notas promissórias descritas às fls. 04, requerendo a expedição do mandado de pagamento pelo valor já referido, que representa a soma atualizado da dívida.

A réu opôs embargos ao mandado de pagamento, alegando prescrição das notas promissórias nos termos do artigo 206, parágrafo 5º, I do C.P.C, aduzindo inépcia da inicial por não estar instruída com documento essencial e com os requisitos legais, e, no mérito, afirmou não existir dívida porque já houve o devido pagamento e não há informação da origem do débito.

A autora/embargada não respondeu.

É o relatório.

DECIDO.

Não há inépcia da inicial que traz a descrição da dívida e formula o pedido monitório de modo que o libelo ali se acha exposto de forma clara e a possibilitar o exercício do direito de defesa pela ré/embargante, de modo que rejeita-se a preliminar.

No mérito tem razão a ré/embargante pois as notas promissórias venceram, todas, entre 23/08/2008 a 30/10/2008, de modo que ao ajuizar a presente ação em 07/04/2014, já se havia transcorrido quase seis anos, superando, assim, o lapso temporal ditado pelo inciso I, do parágrafo 5º do Código Civil, que é fixado em cinco anos, a propósito do que regula a Súmula 503 do STJ, assim anunciada: "O prazo para ajuizamento da ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula".

Logo, aplicado o referido enunciado ao caso dos autos, de rigor se reconhecer a prescrição, e, assim, a extinção da ação monitória com julgamento do mérito.

A autora/embargada sucumbe e deve arcar com o pagamento das custas e de honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da causa, atualizado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

Isto posto JULGO PROCEDENTES os embargos opostos por Vera Lucia Possati Lubk contra APARECIDA DE FÁTIMA FRANÇOZO ME., e em consequência JULGO EXTINTA a ação monitória pelo reconhecimento da prescrição nos termos do artigo 206, parágrafo 5º, I do Código Civil, com julgamento do mérito, portanto, e CONDENO a autora/embargada ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.  
P. R. I.

São Carlos, 11 de agosto de 2015.

**VILSON PALARO JÚNIOR**  
Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**